



II REUNIÃO DA REDE NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ABERTA

DATA: 11 julho 2018

HORA: 10h

LOCAL: Agência para a Modernização Administrativa (Lisboa, Laranjeiras)

PARTICIPANTES:

Agência para a Modernização Administrativa (AMA)

- Pedro Silva Dias (Presidente do Conselho Diretivo)
- Tiago Mendonça (Equipa Relações Internacionais)
- Rita Laranjeira (Equipa de Relações Internacionais)
- Daniel Santos (LabX)
- Ana Lopes (Consultora AMA – Winning Consulting)

Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa (MPMA)

- Rui Lourenço (Técnico Especialista)
- Afonso Brás (Adjunto do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros)

Autoridade Tributária (AT)

- Sem representação (ausência injustificada)

Provedor de Justiça (PJ)

- Sem representação (ausência justificada)

Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA)

- Rui Álvaro Ribeiro

Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP)

- Sem representação (ausência justificada)

Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE)

- Hugo Vieira

Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)

- Sem representação (ausência justificada)

Plataforma de Associações da Sociedade Civil – Casa da Cidadania (PASC)

- Luís Vidigal (Presidente da Direção)
- Carlos Sousa (Secretário Executivo)

Transparência e Integridade (TI)

- Sem representação (ausência justificada)

TÓPICOS DA AGENDA

1. Aprovação dos estatutos da Rede

- Foi apresentada, pelo Tiago Mendonça (AMA), a proposta de Estatutos debatida na I Reunião da Rede com as alterações entretanto sugeridas pelos restantes membros (*vide* Anexo I).
- Foi definido por unanimidade dos presentes que, no Artigo 4º “Organização e funcionamento da Rede Nacional de Administração Aberta”, ponto 5, alínea a) as reuniões serão bimestrais.
- A versão consolidada dos Estatutos será circulada por todos os membros da Rede, via email, para aprovação final.

2. Debate sobre possíveis medidas a incluir no Plano de Ação Nacional de Administração Aberta

- Tiago Mendonça recapitulou aos presentes o cronograma previsto para a elaboração do Plano de Ação Nacional de Administração Aberta.
- O Presidente da AMA, Pedro Silva Dias, iniciou o debate, apresentando os quatro eixos de ação propostos pela AMA (*vide* Anexo 2) e convidando os presentes a sugerirem ideias que gostariam de ver implementadas:
 - Em relação ao eixo dos Dados Abertos, acrescentou ser importante alargar o conceito de dados, promovendo quer a abertura do funcionamento da Administração Pública, quer a promoção do código aberto na área tecnológica;
 - Referiu também a importância de envolver o setor privado que atua em áreas de interesse público (como por exemplo, no setor dos transportes), para criar uma comunidade de dados abertos abrangente e relevante;
 - Relativamente ao eixo da [Utilização das TIC e] Inclusão Digital, foi aventada a premência de fomentar a confiança dos cidadãos na utilização de serviços públicos digitais, em paralelo com a promoção da literacia digital.
- Daniel Santos (AMA) fez uma breve apresentação do LabX e da respetiva metodologia, salientando o objetivo de redesenhar serviços públicos com base nas reais necessidades do cidadão, através de trabalho no terreno. Sublinhou a necessidade de utilizar metodologias colaborativas e que promovam processos de participação pública “avançados”, i.e., que vão além das etapas de “informação” e “consulta pública”¹.
- Hugo Vieira (ANJE) referiu que é importante haver transparência nos serviços digitais; ao utilizar um serviço *online*, o cidadão deve ser informado sobre os passos a seguir e sobre o tempo que o processo demorará a ser concluído.
- Rui Lourenço (MPMA) concordou com a intervenção da ANJE, acrescentando que os cidadãos devem ser informados, quer sobre o tempo médio de realização de determinado serviço, quer sobre o tempo que o produto final desse mesmo serviço (e.g., certidão) demorará a ficar disponível para o utilizador. Adicionalmente:

¹ Tendo como base os 5 níveis do “Espetro da Participação Pública” propostos pela [International Association for Public Participation](#) (iap2).

- Sugeriu a possibilidade de implementar indicadores de transparência para os serviços digitais mais utilizados pelos cidadãos, e analisar o impacto dessa medida no grau de utilização dos serviços;
- Questionou que iniciativas poderão ser realizadas para fomentar a (re)utilização de *datasets* de áreas setoriais específicas;
- Referiu a importância de melhorar a qualidade dos dados que estão no Sistema de Informação de Organização do Estado – SIOE, e apontou a Gestão de RH na Administração Pública como uma das áreas que deveria replicar as boas práticas do portal BASE;
- Tiago Mendonça (AMA) informou que o Brasil apresentou, recentemente, um novo [Portal da Transparência](#) que agrega vários indicadores sobre todos os níveis de governo (municipal, estadual, federal) e áreas de governação da Administração Pública;
- Luis Vidigal (PASC) concordou com os pontos mencionados pelos presentes relativamente à importância da transparência na prestação de serviços públicos, acrescentando como exemplos de práticas/processos a melhorar: a escassa informação *online* sobre as atividades das Assembleias Municipais e o facto do Portal CITIUS permitir a alteração da data de entrada dos processos.
- Hugo Vieira (ANJE) sublinhou que a transparência dos prazos é essencial para fomentar o investimento, referindo:
 - A importância de criar mecanismos de licenciamento uniformes, nas várias autarquias e também entre as Administrações Local e Central;
 - A necessidade de facilitar a relação entre as empresas e o Estado, em todos os domínios. Como exemplos, sugeriu:
 - A integração das várias plataformas privadas de contratação pública (reduzindo os custos para as empresas);
 - Implementar a transferência automática de todos os dados atinentes à contratação pública para o portal BASE.
- O representante da ANJE referiu ainda a importância de promover a colaboração dos cidadãos, desde o início, na construção do Plano Nacional de Administração Aberta, propondo para o efeito a criação, no âmbito da Rede, de um roteiro de ações para fomentar a participação dos cidadãos (e.g., workshops, reuniões públicas).
- Pedro Silva Dias (AMA) manifestou a disponibilidade da AMA para coordenar, no âmbito da Rede, a realização de ações específicas para promover publicamente os princípios da Administração Aberta e fomentar a recolha de contributos para o Plano de Ação.
- Este ponto da agenda foi concluído com a apresentação, por parte do Tiago Mendonça (AMA), de vinte exemplos de medidas de Administração Aberta já elaboradas por outros países (nomeadamente Reino Unido, Espanha, Itália e Brasil) (*vide* Anexo 3).
 - Nesta sequência, e tendo como base medidas desenvolvidas por Itália e Espanha, vários representantes realçaram a relevância de incluir, no Plano de Ação Português, medida(s) dedicada(s) especificamente à população mais jovem.

3. Contributos para a participação nacional na OGP Global Summit

- Tiago Mendonça (AMA) resumiu a participação portuguesa na OGP Global Summit (Tbilisi, 17-19JUL18):
 - Tiago Antunes, Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros - representação política
 - Reunião bilateral com CEO da OGP, Sanjay Pradhanda, 19JUL18
 - Participação no painel "*Raising the bar: using OGP to increase ambition*", 18JUL18
 - Tiago Mendonça, Equipa de Relações Internacionais da AMA (Ponto Focal para OGP em PT) – representação técnica
 - Participação no "National Points of Contact" workshop, 17JUL18
 - Participação no painel "*Spotlight Session on Reformers and Tools*", com o tema "*The Portuguese Citizen Spots Network: Building Trust and Confidence in the Use of Digital Public Services*", 19JUL18.

4. Outros assuntos

Os participantes consideraram, por unanimidade, não haver pontos extra-agenda a discutir.

5. Encerramento da reunião

A reunião foi encerrada, tendo os presentes concordado em realizar a III reunião da Rede no final do mês de agosto de 2018/início de setembro de 2018, em dia, hora e local a designar posteriormente por convocatória da AMA.

Notas adicionais

- Nada a referir.

PONTOS PARA AÇÃO

Itens de ação	Proprietários	Prazo	Estado
Agendar a próxima reunião	AMA	Enviar convocatória durante a primeira quinzena de AGO18	Concluído
Circular a versão consolidada dos Estatutos, discutida na presente reunião, por todos os membros, para aprovação	AMA	Primeira quinzena de AGO18	Concluído

Itens de ação	Proprietários	Prazo	Estado
Circular Ata da presente reunião entre todos os membros, para aprovação	AMA	Primeira quinzena de AGO18	Concluído
Partilhar documentação [apresentada na Reunião] no Google Drive da Rede	AMA	Primeira quinzena de AGO18	Concluído
Elaborar propostas de medidas de Administração Aberta, para discussão na próxima reunião da Rede	Todos os membros	Até à próxima reunião da Rede	Concluído

ANEXO 1 – Proposta de estatutos para a Rede Nacional de Administração Aberta

A *Open Government Partnership* (OGP) é uma iniciativa multilateral, lançada em Setembro de 2011, pelos Chefes de Estado e de Governo de oito países, que subscreveram a designada Declaração de Administração Aberta, à qual o Estado Português aderiu a 13 de dezembro de 2017, comprometendo-se a:

- Promover a transparência;
- Dar mais poder aos cidadãos;
- Combater a corrupção;
- Utilizar as novas tecnologias para potenciar a relação entre Estado e Cidadão.

A adesão à OGP implica o desenvolvimento, execução e supervisão de um Plano de Ação Nacional de Administração Aberta, com periodicidade bienal, e que deverá ser gerido através de uma Rede constituída por entidades públicas e da sociedade civil.

Assim, para regular o funcionamento da Rede Nacional de Administração Aberta os seus membros aprovam os presentes Estatutos:

Artigo 1.º

Fim

A Rede Nacional de Administração Aberta (Rede) tem como fim assegurar todas as tarefas inerentes à participação de Portugal na iniciativa *Open Government Partnership* (OGP).

Artigo 2.º

Tarefas da Rede Nacional de Administração Aberta

Cabe à Rede:

- a) Apoiar a criação e atualização de uma página *online* dedicada à participação Portuguesa na OGP, quer ao nível da inserção de conteúdos, quer na resposta a eventuais comentários da sociedade civil;
- b) Definir as linhas gerais e principais eixos do Plano de Ação Nacional de Administração Aberta, a vigorar no biénio seguinte;
- c) Produzir uma versão preliminar desse Plano, e promover a sua discussão, através de consulta pública *online*, junto de entidades públicas e da sociedade civil;
- d) Redigir e aprovar a versão final do Plano de Ação Nacional de Administração Aberta, integrando os resultados das consultas a entidades públicas e à sociedade civil;
- e) Acompanhar e a execução do Plano de Ação Nacional de Administração Aberta;
- f) Promover as atividades associadas à participação Portuguesa na OGP e mobilizar os diferentes *stakeholders* para a temática da Administração Aberta;
- g) Realizar outras atividades determinadas pelos seus membros.

Artigo 3.º

Composição da Rede Nacional de Administração Aberta

- 1 - A Rede é constituída por 10 membros, integrando entidades do setor público e da sociedade civil.
- 2 - A Rede é coordenada pela Agência para a Modernização Administrativa, I.P. (AMA), enquanto ponto focal nacional para a participação portuguesa na OGP.
- 3 - A participação na Rede decorre de convite direto da AMA, por proposta dos membros da Rede.
- 4 - A falta de comparência, sem justificação, de um membro da Rede em três reuniões consecutivas, pode ter como consequência a sua substituição por outra entidade, a ser convidada pela AMA por proposta dos elementos da Rede.
- 5 - A substituição de um membro, que por qualquer motivo cesse a sua participação, deve ocorrer no prazo máximo de um mês.

Artigo 4.º

Organização e funcionamento da Rede Nacional de Administração Aberta

- 1 - A coordenação da Rede é assegurada pela AMA, a quem compete:
 - a) Propor a agenda e organizar as reuniões da Rede;
 - b) Convocar para as reuniões os respetivos membros, bem como outros organismos públicos ou da Sociedade Civil que sejam relevantes para o âmbito da agenda da reunião;
 - c) Assegurar o secretariado das reuniões;
 - d) Promover e facilitar o acesso a todos os documentos produzidos no âmbito das atividades da Rede, nomeadamente através da criação e atualização de uma página *online*, dedicada à participação Portuguesa na OGP.
- 2 - A agenda das reuniões é enviada para todos os membros da Rede com uma antecedência mínima de sete dias úteis antes da sua realização.
- 3 - Os comentários e sugestões de alterações devem ser enviados para a AMA no prazo de dois dias úteis após receção da agenda.
- 4 - As reuniões da Rede são realizadas com a presença de um quórum mínimo de 2/3 dos membros, e as deliberações são adotadas por maioria dos membros presentes.
- 5 - A Rede reúne para a realização de reuniões presenciais com a periodicidade seguinte:
 - a) Ordinariamente, com periodicidade bimestral/trimestral [a definir], por proposta da AMA;
 - b) Extraordinariamente, por proposta da AMA ou de qualquer um dos membros da Rede, desde que devidamente fundamentada e com a concordância da maioria dos seus membros.
- 6 - A participação nas reuniões extraordinárias da Rede pode ser realizada por meios eletrónicos (e.g., videoconferência), sempre que necessário.
- 7 - Os representantes dos membros da Rede Nacional de Administração Aberta não têm direito a qualquer remuneração específica pelo exercício das suas funções.
- 8 - Os casos omissos nos presentes Estatutos são decididos pela Rede Nacional da Administração Aberta.
- 9 - Os presentes Estatutos podem ser alterados por deliberação unânime dos membros da Rede.

ANEXO 2 – Apresentação AMA

I REUNIÃO DA REDE
NACIONAL DE
ADMINISTRAÇÃO ABERTA
11 DE JULHO DE 2018

REPÚBLICA PORTUGUESA

Open Government Partnership

ama AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Slide 1

AGENDA

- Aprovação dos estatutos da Rede
- Debate sobre possíveis medidas a incluir no Plano Nacional de Administração Aberta
- Pausa para café
- Contributos para a participação nacional na OGP Global Summit
- Outros assuntos
- Encerramento da reunião

Slide 2

1. Aprovação dos estatutos da Rede

- Análise de versão consolidada

Slide 3

2. Debate sobre possíveis medidas a incluir no Plano Nacional de Administração Aberta

Proposta de eixos de ação:

1. **Dados Abertos:** disponibilização e reutilização de informação gerada pela AP - destaque para o relançamento do portal dados.gov
2. **Transparência:** acesso a informação pública e documentos administrativos e mecanismos de *accountability* do sector público
3. **Utilização das TIC e Inclusão Digital:** novos canais de relacionamento entre a AP e os cidadãos/empresas (redes sociais, provedores, etc.) e normas de acessibilidade e acesso assistido a serviços públicos
4. **Participação pública:** processos de consulta pública e *crowdsourcing*, petições públicas, entre outros

Slide 4

3. Contributos para a participação nacional na OGP Global Summit

Delegação portuguesa:

- ✓ Sr. SEPCM, Tiago Antunes, como representante de Alto-Nível
 - Reunião bilateral com CEO da OGP, Sanjay Pradhanda, 19JUL18
 - Participação no painel "Raising the bar: using OGP to increase ambition", 18JUL18
- ✓ Tiago Mendonça, AMA (Ponto Focal para OGP em PT)
 - Participação no "National Points of Contact" workshop, 17JUL18
 - Participação no painel "Spotlight Session on Reformers and Tools", com o tema "The Portuguese Citizen Spots Network: Building Trust and Confidence in the Use of Digital Public Services", 19JUL18

Slide 5

4. Outros assuntos

Slide 6



Slide 7

ANEXO 3 – Exemplos de medidas de Administração Aberta implementadas por membros da OGP

Compromisso/Eixo		Dados Abertos	Transparência	Utilização das TIC e Inclusão Digital	Participação Pública
1	Objetivo	<p>Identificar e publicar principais datasets Criação de uma infra-estrutura de informação nacional de alta qualidade, tornando os dados do governo mais seguros e mais fáceis de encontrar, armazenar e aceder. Melhorar a infra-estrutura de informação nacional para apoiar a publicação e garantir que os dados sejam bons o suficiente, para que as pessoas e as organizações em todos os setores da economia e da sociedade usem e desenvolvam; isso inclui explorar opções para a criação de um registo de endereço aberto. Para melhorar a qualidade dos dados do governo, é necessário melhorar a recolha de dados. Dentro do setor público, é necessário tornar os dados mais facilmente consultados através de interfaces de programação de aplicações, e suportar downloads em massa. Isso irá beneficiar os serviços digitais e melhorar a tomada de decisões operacionais e políticas.</p>	<p>Contratação Aberta Garantir que os cidadãos podem ver um registo público acerca de como o dinheiro do governo é gasto em contratos públicos e com que resultados. Esta política ajudará a promover uma mudança na contratação e aquisição pública, apoiando contratações justas e eficazes que reduzirão a fraude e a corrupção, economizarão tempo e dinheiro, criarão mais oportunidades de negócios para pequenas e médias empresas e capacitarão a supervisão da sociedade civil e o comprometimento e inovação dos cidadãos na prestação de serviços.</p>	<p>Formação de Funcionários Públicos Formar funcionários públicos nas bases conceituais, valores, ferramentas e estratégias do governo aberto. Formar e reforçar as atitudes dos funcionários públicos no relacionamento com os cidadãos, com base na transparência, responsabilidade, participação e colaboração. Promover a internalização das obrigações e compromissos dos funcionários públicos no relacionamento com os cidadãos. Aplicar critérios baseados no conhecimento dos valores do governo aberto ao selecionar novos funcionários públicos e assim melhorar a qualidade dos serviços públicos. Isso envolve o planeamento e execução de atividades de formação destinadas a funcionários públicos nos três níveis de governo, permitindo emissão de mensagens consistentes com os princípios e valores do governo aberto. Inclui também o desenvolvimento de actividades de formação destinadas a grupos de funcionários públicos que desempenham funções com um impacto especial nos cidadãos e nos formandos.</p>	<p>Espaço Web Participativo na Administração Aberta Melhorar a comunicação e o diálogo com base na publicação de informações e na criação de um espaço comum de monitorização e participação no desenvolvimento do Plano de Ação do Governo Aberto. Envolve o lançamento de um espaço web no Portal da Transparência que permite, por um lado, monitorizar as medidas que compõem o Terceiro Plano do Governo Aberto, através de um scorecard com informações sobre a situação dos compromissos assumidos no plano de ação nacional e um espaço para consulta, a participação de grupos de interessados e a compilação das suas contribuições, sobre a execução dos seus principais marcos ou atividades, a serem desenvolvidos num prazo estimado, cujo grau de cumprimento é indicado por um semáforo típico, onde cada a cor tem um significado (verde: completo, laranja: em andamento, vermelha: não iniciada).</p>
	Principais Milestones	<ul style="list-style-type: none"> - Criar um registo dos campos usados nos registos canónicos para garantir a consistência da nomenclatura; - Criar um ecossistema vinculado de armazenamentos de dados canónicos confiáveis, resilientes e acessíveis, começando com as categorias de dados prioritárias para o utilizador (autoridades locais, escolas e empresas) implementando-as durante o período deste plano de ação; - Através de um grupo de trabalho técnico, adotar, definir e acordar novos padrões e abordagens de dados comuns e, quando possível, abertos, com base nas necessidades do utilizador 	<ul style="list-style-type: none"> - Padrão de Dados de Contratação Aberta a ser implementado na aquisição da Crown Commercial Service 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação de necessidades de formação; - Desenvolvimento da formação (conteúdos, formato e metodologia); - Desenho e desenvolvimento de recursos pedagógicos (guias e atividades) 	<ul style="list-style-type: none"> - Concepção do espaço web para a participação no Open Government Plan; - Desenvolvimento do espaço web; - Design e criação de contas nas redes sociais
	Quando?	Maio 2016 até Junho 2018	Maio 2016 até Junho 2018	Até Junho 2019	Julho 2017 até Junho 2019
	Quem?	UK	UK	Espanha	Espanha
	Entidades Envolvidas	<p>CABINET OFFICE (GOVERNMENT DIGITAL SERVICE) (chefe-fila) Todos os Departamentos do Governo My Society The Open Data Institute</p>	<p>Crown Commercial Service Todos os Departamentos do Governo ARTICLE 19 CAFOD Campaign for Freedom of Information NCVO Open Contracting Partnership The Open Data Institute</p>	<p>Ministry of Finance and Civil Service Directorate-General for Public Governance National Institute for Public Administration Ministries of the General State Administration Spanish Agency for International Cooperation for Development (AECID) Autonomous Communities Autonomous Cities and the Spanish Federation of Municipalities and Provinces (FEMP) Civil Society Organizations Royal Academy of Moral and Political Sciences Professors Consumers and Users Associations, other representatives from civil society</p>	<p>Ministry of Finance and Civil Service Ministries, Autonomous Communities and Spanish Federation of Municipalities and Provinces Citizens Civil Society Organizations, consumers and users, citizens and other representatives of Civil Society</p>

Compromisso/Eixo	Dados Abertos	Transparência	Utilização das TIC e Inclusão Digital	Participação Pública	
2	<p>Objetivo</p> <p>Melhor uso dos datasets Através do Programa de Dados do Governo, planeamos melhorar a disponibilidade, a qualidade e o uso de dados do governo e facilitar a utilização adequada e eficaz dos dados, com e para além do governo. O melhor uso dos dados aumentará a qualidade dos dados, melhorando, por sua vez, a qualidade e a confiabilidade dos dados que podemos disponibilizar livre e abertamente.</p>	<p>Redes Sociais para a transparência na Administração Pública Utilizar as redes sociais para permitir aos cidadãos entender e usar as informações publicadas na seção "Administração transparente" nos sites da Administração Pública. Definindo a padronização de ações de comunicação específicas nas diferentes redes sociais, tanto para as administrações centrais quanto locais, identificando um formato para partilhar as atividades da "Administração Transparente" através das redes sociais. Discutir propostas a nível nacional com os responsáveis pela implementação de regulamentos (gestores da anticorrupção e da transparência), que na maioria dos casos não têm uma formação específica em comunicação nem um orçamento dedicado.</p>	<p>Italia.it Ajudar os cidadãos e as empresas na sua relação com a administração pública através de serviços integrados de fácil utilização. Implementar uma plataforma única que integra serviços digitais fornecidos por administrações públicas a cidadãos e empresas. A plataforma e os serviços serão acedidos através do Sistema Público de Identidade Digital. Cada cidadão terá um perfil cívico on-line para aceder a informações relevantes e serviços públicos, de maneira personalizada. Um espaço de interação personalizada com a administração pública, com informações sobre oportunidades e obrigações que o sistema vai filtrar de acordo com o perfil pessoal dos cidadãos e que garantirão uma monitorização avançado do uso de serviços.</p>	<p>Semana da Administração Aberta Estabelecer e organizar uma semana especial com foco em todas as iniciativas governamentais abertas implementadas em todo o país. O evento acontece todos os anos na primeira semana do mês de março, envolve as administrações públicas, os cidadãos e a imprensa local e nacional. Tem como objetivo promover a cultura e prática de transparência, participação e responsabilização nas administrações públicas e na sociedade, bem como aumentar a confiança dos cidadãos nas instituições.</p>	
	<p>Principais Milestones</p> <ul style="list-style-type: none"> - Procurar mudanças legislativas para permitir um melhor acesso aos dados do governo para propósitos definidos além dos limites organizacionais nos serviços públicos e entre os diferentes níveis de governo que trabalham com especialistas internos e externos e consultam o público em estágios-chave; - Publicar planos de dados departamentais para melhorar a qualidade dos dados, abrindo mais dados e garantindo o envolvimento contínuo com as partes interessadas externas; - Monitorizar e publicar o progresso em relação aos planos de dados departamentais 	<ul style="list-style-type: none"> - Consultoria administrativa a stakeholders e elaboração de um mapa de redes sociais interessadas; - Publicação de indicações operacionais sobre o uso de redes sociais para fins de transparência; - Publicação de um documento de boas práticas sobre o uso de redes sociais para transparência 	<ul style="list-style-type: none"> - Lançamento de diretrizes de design de serviços e lançamento de uma consulta pública; - Desenvolvimento e atualização da comunidade de programadores e designers para suportar novos serviços; - Novo site que fornece informações sobre serviços públicos 	<ul style="list-style-type: none"> - Planear, num processo participativo, as características da Semana Aberta do Governo; iniciar a campanha de comunicação para divulgar a iniciativa através do portal opengov.it.; - Primeira Semana Aberta do Governo - Prémio Open Government Champion Award; - Segunda Semana Aberta do Governo - Prémio Open Government Champion Award 	
	Quando?	Maio 2016 até Junho 2018	Outubro 2016 até Outubro 2017	Agosto 2016 até Maio 2018	Setembro 2016 até Março 2018
	Quem?	UK	Itália	Itália	Itália
	Entidades Envolvidas	CABINET OFFICE (GOVERNMENT DIGITAL SERVICE) (chefe-fila) Gabinete Nacional de Estatística Todos os Departamentos do Governo Democratise mySociety The Open Data institute	Ministry of Economics and Finance ANAC AGID	Agency for Digital Italy (AGID) Social Security Institute Revenue Agency Schools Ministry of Infrastructure and Transport, and gradually all other PAs	Prime Minister's Office – Department for Public Administration Agency for Digital Italy (AGID) Regional Authorities National Association of Italian Municipalities and all PAs

Compromisso/Eixo	Dados Abertos	Transparência	Utilização das TIC e Inclusão Digital	Participação Pública	
3	<p>Objetivo</p> <p>Acesso e reutilização da informação do sistema de educação Aumentar a disponibilidade dos dados, bem como a capacidade de usá-los e processá-los não apenas por pessoas com habilidades especializadas, mas envolvendo o Ministério, instituições, sociedade e empresas, em todos os níveis. Desenvolver uma estratégia sistemática para melhorar as informações do sistema educacional, com o objetivo de abrir dados (para cidadãos, outras instituições, empresas e pesquisas) e garantir o desenvolvimento de novas habilidades digitais e de participação. Estabelecer a infraestrutura para a publicação oportuna de dados de alta qualidade sobre todo o sistema educacional como uma ferramenta para promover a inovação em metodologias de ensino e processos de formação para que os alunos não sejam mais meros consumidores, mas “consumidores críticos” e “produtores” de conteúdo digital e arquitetura.</p>	<p>Centro de Inovação contra a Corrupção Incubar um Centro de Inovação contra a Corrupção para conectar inovadores sociais, especialistas em tecnologia e cientistas de dados com autoridades policiais, empresas e a sociedade civil, para colaborar em abordagens inovadoras de combate à corrupção. O objetivo é conectar e catalisar abordagens inovadoras para o combate à corrupção Defender o uso de formas inovadoras de denunciar, detetar e investigar a corrupção; colaborar na identificação e apoio de inovações anticorrupção emergentes; partilhar boas práticas e promover o uso de inovações anticorrupção, e usar conferências estabelecidas e grupos de partes interessadas multilaterais para destacar iniciativas inovadoras de anticorrupção e oportunidades de colaboração</p>	<p>Observatório dos Direitos Digitais A criação de uma corrente inter-regional que promova o conteúdo da Carta dos Direitos da Internet, dissemina a cultura digital e identifica ferramentas para analisar o nível de divulgação e aproveitamento dos direitos digitais pelos cidadãos. Aumentar a consciencialização dos cidadãos sobre os direitos digitais, através de ações de informação e consciencialização sobre as ferramentas existentes de regulamentação e legislação; apoiar as administrações na remoção de obstáculos que impedem ou retardam a plena implementação dos direitos digitais.</p>	<p>Abordagem colaborativa contínua para a reforma do Governo Aberto Assegurar que a Parceria para o Governo Aberto do Reino Unido (OGP) continua a ser uma plataforma chave para o diálogo, a colaboração e a reforma aberta do governo, com governos, parlamentos e sociedade civil em todo o Reino Unido. Além de serem os beneficiários do governo aberto, os cidadãos e a sociedade civil são fundamentais para trazer a transformação. Queremos que a OGP no Reino Unido seja a plataforma para o diálogo contínuo, a colaboração e a reforma aberta do governo, e essa parceria inclua um número crescente de cidadãos, organizações da sociedade civil e instituições públicas.</p>	
	<p>Principais Milestones</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entrega da versão preliminar do Portal Único de Dados Educativos; - O lançamento do portal será acompanhado por um Hackathon que ocorrerá a cada seis meses; - Primeiro Hackathon sobre dados educacionais 	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer o Centro de Inovação; - Operacionalizar o Centro de Inovação 	<ul style="list-style-type: none"> - Definição do grupo de trabalho inter-regional e definição de objetivos específicos, ações, cronograma; - Identificar áreas de análise e um conjunto de indicadores para monitorizar os direitos digitais depois da consulta à sociedade civil 	<ul style="list-style-type: none"> - O governo e a sociedade civil trabalharão juntos para desenvolver e comunicar uma abordagem de implementação que apoie a transparência no progresso da implementação de compromissos e forneça fóruns para o comprometimento em todos os níveis, a fim de responsabilizar o governo; - Identificaremos as partes interessadas e áreas políticas prioritárias para informar uma abordagem para ampliar o envolvimento e o foco prioritário para compromissos futuros, incluindo a identificação de plataformas para a comunicação de políticas governamentais abertas; - A Rede da Sociedade Civil Aberta do Governo do Reino Unido, irá rever a sua administração em termos de referência e práticas de trabalho para assegurar que é capaz de continuar a construir, envolver e representar de forma eficaz uma ampla adesão. 	
	Quando?	Outubro 2016 até Janeiro 2017	Maio 2016 até Maio 2017	Setembro 2016 até Junho 2018	Maio 2016 até Junho 2018
	Quem?	Itália	UK	Itália	UK
	Entidades Envolvidas	<p>Ministry of Education, Universities and Research Schools Local Authorities Regional Authorities National Association of Italian Municipalities Union of Italian Provinces- UPI Prime Minister's Office Ministry of Economic Development</p>	<p>CABINET OFFICE (GOVERNMENT DIGITAL SERVICE) (chefe-fila) Department for International Development, Foreign and Commonwealth Office</p>	<p>Regional Authorities Agency for Digital Italy (AGID)</p>	<p>Cabinet Office and Involve UK government departments UK Parliament In consultation with colleagues in Northern Ireland Executive, Scottish Government and Welsh Government and Northern Ireland Assembly Scottish Parliament and Welsh Assembly UK Open Government Network National Council of Voluntary Organisation (NCVO)</p>

Compromisso/Eixo	Dados Abertos	Transparência	Utilização das TIC e Inclusão Digital	Participação Pública	
4	<p>Objetivo</p> <p>Tornar os Dados Abertos como um instrumento para a Justiça Aberta em Espanha Será estruturado em 2 linhas de ação: 1. Dados abertos como instrumento de transparência na administração da justiça. O compromisso inclui dar os primeiros passos no sentido de evoluir o atual modelo de estatísticas judiciais para outro, no qual as estatísticas serão melhoradas no que diz respeito à qualidade dos dados, à sua recolha e gestão. A publicação será feita em formatos reutilizáveis e amigáveis para fácil compreensão do cidadão. 2. Melhorar o direito de acesso à informação sobre justiça. O compromisso inclui o acesso através do streaming de determinadas audiências orais e o acesso ao arquivo judicial das partes envolvidas em determinado caso. O principal objetivo é alcançar uma Administração da Justiça mais transparente e acessível: Oferecer dados que possibilitem um controlo adequado por parte da sociedade civil e dos cidadãos, melhor compreensão do funcionamento do sistema de Justiça e maior estímulo ao empreendedorismo, inovação e crescimento económico através da sua reutilização. Proporcionar aos cidadãos serviços digitais que permitam um melhor acesso à informação quando estiverem envolvidos em processos judiciais.</p>	<p>Melhoria do Portal da Transparência e do Direito de Acesso Reforçar a transparência, concebendo e implementando um plano para melhorar o actual portal de transparência, através da expansão e melhoria da qualidade da informação e da sua acessibilidade cognitiva, simplificando e facilitando o exercício do direito de acesso dos cidadãos. Desenho e implementação de um plano para melhorar o Portal da Transparência, a partir de uma perspectiva participativa, tendo em conta as contribuições da sociedade civil, introduzindo modificações na arquitetura da informação para tornar as procuras mais intuitivas, otimizando o sistema de procura de informações para torná-lo mais eficaz. Tem como objetivo melhorar a qualidade do conteúdo, introduzindo novas informações atualizadas, abrindo novos canais para o exercício do direito de acesso (aplicação móvel, Redes Sociais), simplificando e facilitando o direito de acesso dos cidadãos.</p>	<p>Criação de ferramentas de interação online e de integração de serviços numa plataforma única para consolidar/fortalecer o Sistema de Participação Social O compromisso procura definir maneiras de implementar iniciativas que permitam a evolução do atual modelo de participação social. Assim, será necessário disseminar o uso de ferramentas de transparência e de tecnologias digitais livres, principalmente no âmbito local, e desenvolver estratégias que promovam a transformação da participação social em ações de governo concretas e focadas nas necessidades dos cidadãos.</p>	<p>Estratégia para a Participação Desenvolver ferramentas para apoiar a tomada de decisão participativa na Administração Pública italiana, através de diretrizes para consultas e soluções tecnológicas apropriadas. Desenvolver uma política nacional para disseminar e assegurar a solidez metodológica da tomada de decisão participativa em diferentes contextos administrativos, com especial ênfase nas consultas.</p>	
	<p>Principais Milestones</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dados abertos como instrumento de transparência na Administração da Justiça; - Melhoria do direito de acesso à informação para profissionais e cidadãos 	<ul style="list-style-type: none"> - Análise das necessidades de melhoria no portal de transparência; - Implementação e acompanhamento do plano 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de um grupo de trabalho com representantes da sociedade civil e governamental; - Levantamento de ferramentas de interação online e boas práticas do Sistema de Participação Social; - Definição da estrutura da plataforma única, assim como o teor das informações disponíveis 	<ul style="list-style-type: none"> - Criar o Fórum do Governo Aberto, envolvendo organizações da sociedade civil que lidam com questões de governo aberto, ao longo da implementação do terceiro plano de ação da OGP; - Recolher as principais experiências participativas nacionais, regionais e locais, incluindo aquelas já realizadas pela sociedade civil, e lançar uma consulta pública sobre as diretrizes para participação; - Identificar soluções tecnológicas adequadas para gerir iniciativas de participação / consulta que explorem o potencial da nova arquitetura do sistema de TI das administrações públicas 	
	Quando?	Julho 2017 até Junho 2019	Julho 2017 até Junho 2019	2016 até 2017	Setembro 2016 até Junho 2018
	Quem?	Espanha	Espanha	Brasil	Itália
	Entidades Envolvidas	<p>Ministry of Justice Autonomous Communities with jurisdiction in matters of Justice, the General Council of the Judiciary, the Attorney General's Office, Lawyers of the Justice Administration Pro-transparency associations, data journalists, victims' associations, consumers, etc. Reusable Information Agents General Councils of Attorneys, Lawyers and Social Graduates State Technical Committee of the Electronic Court Administration(CTEAJE) National Judicial Statistics Commission National Transparency Council Status</p>	<p>Ministry of Finance and Civil Service All the Ministerial Departments Citizens, Civil Society Organizations and consumers and users from the academic world</p>	<p>Secretaria de Governo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União Ministério do Planeamento, Desenvolvimento e Gestão</p>	<p>Department for Public Administration Agency for Digital Italy (AGID) Regional Authorities National Association of Italian Municipalities City of Messina and all PAs</p>

Compromisso/Eixo	Dados Abertos	Transparência	Utilização das TIC e Inclusão Digital	Participação Pública	
5	<p>Objetivo</p> <p>Dados Abertos na mobilidade através do OpenTransporti Disponibilizar informações e serviços online relacionados com a mobilidade e o transporte e utilizá-los através de uma única plataforma integrada para partilhar informações e fornecer as Interfaces de Programação de Aplicações. Ou seja, para facilitar o desenvolvimento de aplicações que integram os dados em tempo real, com o objetivo de melhorar a experiência de viagem, assim como a eficiência da cadeia logística.</p> <p>Atender à crescente necessidade - dentro do setor de infomobilidade - de aceder a todas as informações disponíveis sobre os diversos aspectos da mobilidade: circulação de veículos rodoviários, embarcações, comboios e aviões (emissões poluentes por categoria de veículos / tipo de motor; estatísticas sobre o cadastro de motoristas, estatísticas e dados sobre taxas de acidentes para os diferentes tipos de transporte, licenças de táxi, serviços de limusine, linhas de transporte público local e contratos de serviços relevantes, aluguer de carros / carros, etc.).</p>	<p>Informação sobre violência baseada no género Melhoria do sistema de informação e divulgação de dados relacionados à violência contra a mulher que facilite a conscientização do público em geral e dos profissionais em particular das taxas de incidência, facilitando a conscientização social sobre o problema e o trabalho profissional dos agentes públicos e privados que intervêm na prevenção, assistência e erradicação dos diferentes tipos de violência contra as mulheres.</p> <p>Tem como objetivo a melhoria do sistema de informação e divulgação de dados sobre violência contra as mulheres.</p>	<p>Rede de animadores digitais Reforçar a comunidade de animadores digitais fornecendo-lhes as ferramentas para trocar conteúdo e experiência, comunicar e capitalizar experiências e trocar informações com a administração pública, de uma forma simples e inovadora.</p> <p>Desenvolver uma capacidade de inovação generalizada em todas as escolas italianas e reforçar o envolvimento das escolas no Plano Nacional para as Escolas Digitais, através do papel dos animadores digitais e da equipa de inovação.</p>	<p>Roma coopera Possibilitar a participação e colaboração e promover formas de administração partilhada, envolvendo os cidadãos nas decisões estratégicas e no planeamento de ações para a cidade, através do uso de dados abertos e sistemas de informação.</p> <p>Promover a colaboração ativa dos cidadãos graças à transparência e acessibilidade das informações sobre o trabalho da Administração. Possibilitar que os cidadãos conheçam, controlem e avaliem o trabalho da Administração.</p>	
	<p>Principais Milestones</p> <ul style="list-style-type: none"> - Abertura de dados atualmente disponibilizados pelos diferentes atores do setor de infraestrutura e mobilidade; - Desenvolvimento de uma plataforma única baseada em conjuntos de dados relativos a infra-estruturas e mobilidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Expandir progressivamente os dados disponíveis sobre os diferentes aspectos e magnitudes da violência contra as mulheres; - Aumentar o conhecimento desta questão através da pesquisa e desenvolvimento de estudos 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento da plataforma dedicada aos animadores digitais, onde podem partilhar conteúdo e expertise, comunicar e capitalizar experiências e trocar informações com a administração pública de maneira oportuna e eficaz; - Alocação de fundos para animadores digitais e mapeamento inteligente das atividades a serem realizadas por animadores digitais em 2017 	<ul style="list-style-type: none"> - Assembleia Aberta e Comitês Abertos. Streaming de sessões com intérpretes de língua gestual para os mais estratégicos e funcionalidades de pesquisa; - Criação do Conselho Permanente de Inovação e do Fórum de Inovadores dos Empregados Municipais 	
	<p>Quando?</p>	Setembro 2016 até Junho 2018	Julho 2017 até Junho 2019	Setembro 2016 até 2018	Setembro 2016 até Junho 2018
	<p>Quem?</p>	Itália	Espanha	Itália	Itália
	<p>Entidades Envolvidas</p>	<p>Ministry of Infrastructure and Transport ENAC National Association of Italian Municipalities Alitalia Trenitalia Airport managing bodies, taxi cooperatives, bus companies</p>	<p>Ministry of health, social services and equality Representatives from the different ministries involved, apart from the Ministry of health, social services and equality Participating entities in the State Observatory on Violence against Women</p>	<p>Ministry of Education, Universities and Research Schools Regional Authorities and Metropolitan Cities through agreements at local level Actors from private sector investing in training and enhancing the role of digital animators</p>	Roma Capitale